

Tecendo ausências: Corpos negros, práticas têxteis e o silêncio das narrativas no design e na moda

Weaving Absences: Black Bodies, Textile Practices, and the Silence of Narratives in Design and Fashion

Felipe Guimarães Fleury¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2907-1446>

DOI: <https://doi.org/10.26563/dobras.v19i47.2041>

[resumo] Este artigo investiga as práticas têxteis de pessoas negras como epistemologias do fazer, capazes de tensionar os paradigmas eurocêtricos que estruturam o campo do design de moda. A partir de uma abordagem decolonial e interseccional, analisa-se a invisibilização de corpos e saberes negros na historiografia do design brasileiro, evidenciando como raça, gênero e classe atravessam historicamente a constituição do trabalho têxtil no país. Por meio de revisão bibliográfica situada, análise de registros históricos e exame de práticas contemporâneas, o estudo demonstra que o fazer têxtil negro opera como território de memória, resistência e elaboração política. Argumenta-se que essas práticas constituem formas de conhecimento que integram técnica, corpo e experiência, desestabilizando dicotomias modernas como teoria e prática, arte e trabalho, design e artesanato. Ao evidenciar a continuidade dessas epistemologias em diferentes contextos, o artigo sustenta que o reconhecimento das práticas têxteis negras é fundamental para a construção de uma historiografia decolonial do design. Conclui-se que reinterpretar o campo do design de moda brasileiro a partir dessas trajetórias permite não apenas ampliar seus referenciais teóricos, mas também reposicionar o fazer têxtil como espaço legítimo de produção de conhecimento e transformação social.

[palavras-chave] Design de Moda. Corpos Negros. Interseccionalidade. Práticas Decoloniais. Memória e Materialidade.

¹ Doutor em Design pela Universidade Anhembi Morumbi (UAM) e docente da mesma universidade. E-mail: talk2felipe@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2576974385692698>

[abstract] This article examines Black textile practices as epistemologies of making that challenge the Eurocentric paradigms structuring the field of fashion design. Grounded in a decolonial and intersectional approach, it analyzes the erasure of Black bodies and knowledge within Brazilian design historiography, highlighting how race, gender, and class have historically shaped textile labor in the country. Through a situated literature review, analysis of historical records, and examination of contemporary practices, the study demonstrates that Black textile making operates as a site of memory, resistance, and political articulation. It argues that these practices constitute forms of knowledge that integrate technique, embodiment, and lived experience, thereby destabilizing modern dichotomies such as theory and practice, art and labor, and design and craft. By foregrounding the continuity of these epistemologies across different contexts, the article asserts that recognizing Black textile practices is essential for building a decolonial historiography of design. It concludes that reinterpreting Brazilian fashion design through these trajectories not only expands its theoretical frameworks but also repositions textile making as a legitimate site of knowledge production and social transformation.

[keywords] **Fashion Design. Black Bodies. Intersectionality. Decolonial Practices. Memory and Materiality.**

Recebido em: 05-01-2026.

Aprovado em: 11-06-2026.

Entre fios e ausências: o tecido como arquivo político

“Minha mãe sempre costurou a vida com fios de ferro.”

— Conceição Evaristo²

As mãos que tecem, bordam e costuram carregam em seus gestos uma memória política que ultrapassa a materialidade dos fios. No Brasil, essas mãos foram majoritariamente negras — nas fazendas do período escravocrata, nos ateliês urbanos do século XIX, nos trabalhos domésticos e nas práticas têxteis precarizadas ao longo do século XX, nas quais, como sugere Conceição Evaristo, a costura se aproxima de um gesto de inscrição da própria vida na matéria, e nos coletivos periféricos contemporâneos (Evaristo, 2016). No entanto, a historiografia do design brasileiro privilegiou narrativas que invisibilizaram ou folclorizaram essas práticas, construindo um campo disciplinar que reproduz silêncios coloniais.

Neste artigo, o termo Brasil Colonial é utilizado em sentido ampliado, referindo-se ao período escravocrata, compreendendo tanto o período colonial quanto o imperial. Nesse

² EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2016, p. 98.

contexto, as práticas têxteis estiveram profundamente atravessadas por relações de raça, gênero e classe, sendo sustentadas, em grande medida, pelo trabalho de pessoas negras. Pesquisas recentes evidenciam a presença ativa desses sujeitos na constituição da indústria têxtil brasileira ainda nesse período, indicando que não se tratava de uma participação marginal, mas estrutural (Perrot, 2010).

Este estudo parte da compreensão de que fazer tecido não é apenas uma atividade produtiva, mas uma epistemologia — uma forma específica de conhecer, narrar e transformar o mundo. Quando observamos as práticas têxteis desenvolvidas por pessoas negras ao longo da história brasileira, não encontramos apenas técnicas e saberes, mas modos de existir que tensionam os paradigmas hegemônicos do design. Essas práticas constituem o que pode ser chamado de arquivo político: conjunto de saberes corporalizados que resistem ao apagamento e reivindicam seu lugar na história.

A invisibilização desses corpos e saberes na narrativa oficial do design brasileiro não é casual. Como argumenta Quijano (2000), a colonialidade do poder opera por meio da naturalização de classificações raciais que organizam pessoas, culturas e conhecimentos em hierarquias de valor. No campo do design, essa lógica se materializa na distinção entre design e artesanato, na qual o primeiro é historicamente associado ao moderno, ao racional e ao universal, enquanto o segundo é sistematicamente vinculado ao tradicional, ao localizado e ao subalterno³ (Tunstall, 2013). Essa operação não apenas diferencia práticas, mas institui regimes de legitimidade que determinam quais formas de conhecimento são reconhecidas como projeto e quais permanecem circunscritas à categoria de fazer manual.

Tal divisão, no entanto, não é universal, mas historicamente produzida no contexto da modernidade colonial, cujos efeitos se estendem até o presente. Em diferentes sociedades africanas, como entre os iorubás, as práticas têxteis eram organizadas segundo outras lógicas, nas quais homens e mulheres desempenhavam funções distintas, porém não hierarquizadas. Homens teciam em teares estreitos horizontais, enquanto mulheres operavam teares largos verticais e realizavam processos de tingimento, como o adire, ao passo que os homens também produziam tecidos como o asó oke. Conforme argumenta Oyěwùmí (1997), tais organizações sociais não estavam estruturadas a partir de uma lógica de gênero nos moldes ocidentais, evidenciando que a divisão sexual do trabalho, tal como compreendida na modernidade, constitui uma construção histórica situada. Essa construção não se restringe ao passado, mas se atualiza nas dinâmicas contemporâneas da cadeia produtiva da moda. Dados recentes indicam a permanência das desigualdades estruturais de raça e gênero no setor, evidenciando a concentração de mulheres negras em posições mais precarizadas e invisibilizadas (Fashion Revolution Brasil, 2025), o que reforça a continuidade dessas assimetrias ao longo do tempo.

O problema central desta investigação surge da constatação de que, enquanto a historiografia do design têxtil e da moda no Brasil tende a privilegiar narrativas brancas e

³ Essa distinção está historicamente vinculada à institucionalização do design como campo disciplinar no contexto europeu, particularmente a partir do século XX, quando práticas associadas à produção industrial e ao projeto foram dissociadas de saberes manuais e vernaculares. Tal separação contribuiu para a consolidação de uma hierarquia epistêmica que desqualifica práticas situadas — frequentemente racializadas e feminilizadas — ao classificá-las como artesanato, mesmo quando envolvem sistemas complexos de conhecimento técnico, simbólico e cultural.

eurocentradas, as práticas têxteis de pessoas negras seguem invisibilizadas ou romantizadas como folclore. Esta ausência não é apenas um vazio a ser preenchido, mas uma operação política que precisa ser detalhada em suas dimensões estruturais.

A pergunta que orienta esta pesquisa é: Como o design têxtil e de moda pode ser relido, no Brasil, a partir das práticas têxteis de corpos negros, compreendidas como formas de resistência, memória e agência social, do período escravocrata às produções contemporâneas? Para responder, mobilizamos um referencial teórico que articula estudos decoloniais, feminismos negros e teorias críticas do design, em diálogo com entrevistas e relatos de criadoras e coletivos contemporâneos, buscando construir uma análise que reconheça a dimensão política das materialidades têxteis.

Parte-se da hipótese de que as práticas têxteis desenvolvidas por pessoas negras constituem epistemologias próprias do fazer, na medida em que articulam conhecimento técnico, memória coletiva e modos de existência que tensionam os fundamentos coloniais do design. Tais práticas não se configuram apenas como formas de resistência ao sistema dominante, mas como proposições de mundos possíveis — modos alternativos de organizar a produção, a circulação e o consumo de artefatos, nos quais a vida, e não o lucro, ocupa posição central.

Trabalhos de mulher, trabalhos de cor

A história das práticas têxteis no Brasil colonial revela uma geografia racial do trabalho que se estruturou como dispositivo fundamental da dominação colonial e persiste até os dias atuais. Durante os três séculos de escravidão, as mãos que teceram, bordaram e costuraram no território brasileiro foram predominantemente negras, configurando um sistema produtivo que articulava a exploração racial, sexual e de classe numa única lógica de acumulação colonial.

Como documenta Angela Davis (2016), a costura constituiu uma das principais ocupações de mulheres escravizadas, não apenas como atividade doméstica, mas também como fonte de renda e estratégia de negociação de autonomia. Anúncios de jornais do século XIX evidenciam a centralidade desse saber técnico no mercado escravista. Conforme registra Freyre, buscava-se “uma mulata moça que seja perfeita costureira de agulha e tesoura, paga-se bem agradando as suas qualidades” (Freyre, 1979, p. 9). Em outros casos, destacava-se que se tratava de “uma escrava muito moça, bonita figura que sabe cozinhar e engomar (...) perfeita costureira própria para qualquer modista” (Freyre, 1979, p. 9). Tais registros⁴ evidenciam como a expertise têxtil dessas mulheres era simultaneamente valorizada economicamente e desvalorizada socialmente, revelando uma contradição estrutural do sistema escravista.

O trabalho têxtil das mulheres escravizadas não se limitava às atividades domésticas. Nas fazendas de café e engenhos de açúcar, elas produziam os tecidos rústicos usados na própria vestimenta da escravaria, nas sacarias para armazenamento de grãos e nas lonas

4 Os anúncios citados por Freyre (1979) foram publicados em jornais do Recife no século XIX e evidenciam a valorização econômica de mulheres escravizadas com habilidades têxteis, especialmente costura, lavagem e engomadoria. Essas mulheres podiam ser vendidas ou alugadas, o que revela a inserção de seus saberes no mercado urbano escravista e a mercantilização de competências associadas ao trabalho doméstico.

para transporte. Essa produção, invisibilizada na historiografia tradicional, constituiu um setor estratégico da economia colonial, gerando valor que se acumulou nas mãos dos senhores enquanto as produtoras permaneciam na condição de propriedade (FARIA, 2025).

A violência que permeia essas relações produtivas assume dimensões específicas quando dirigida aos corpos das mulheres negras. Relatos de viagem e documentos de época registram que mulheres grávidas eram obrigadas a manter suas atividades têxteis até o momento do parto, frequentemente dando à luz no próprio local de trabalho, o que evidencia o grau extremo de exploração a que estavam submetidas. Uma negra “que em tempo de parir havia sido assim mesmo mandada colher café. Porém, sentindo muitas dores, acabou retirando-se para casa com o que tinha colhido à cabeça, quando, no caminho, ocorreu o parto, após o qual desmaiou e, ao despertar, os porcos tinham dilacerado a criança” (Dias, 2018, p. 176).

Essa brutalidade não era acidental, mas parte constitutiva de um sistema que negava a humanidade das mulheres negras, tratando seus corpos simultaneamente como força de trabalho, máquinas reprodutivas e objetos de satisfação sexual dos senhores. O trabalho têxtil, nesse contexto, funcionava como uma das formas através das quais essa desumanização se materializava cotidianamente.

As negras de ganho ou ganhadeiras constituíam uma parcela significativa da força de trabalho urbano no Brasil oitocentista, exercendo atividades relacionadas ao vestir — costurar, lavar, passar — que eram fundamentais para a economia das cidades (Soares, 1998). Salvador, Rio de Janeiro e Recife dependiam estruturalmente do trabalho dessas mulheres, que não desenvolviam apenas técnicas específicas, mas todo um material cultural que inclui formas próprias de se vestir e de ocupar o espaço urbano.

O pano-da-costa, elemento central da indumentária de mulheres negras no século XIX, exemplifica como as práticas vestimentárias operavam como tecnologias de memória e identificação. Mais do que um simples tecido, seu uso inscreve-se em processos históricos de reconstrução cultural no contexto da diáspora africana. Como argumenta Faria (2012), ainda que não tenha sido possível reproduzir integralmente os padrões culturais das regiões de origem, o deslocamento forçado e a convivência entre diferentes grupos africanos no cativeiro possibilitaram a recomposição de referências culturais compartilhadas. Nesse sentido, o pano-da-costa pode ser compreendido como parte dessas formas de reelaboração identitária, nas quais elementos materiais participam da construção de pertencimentos que articulam continuidade e transformação. O uso desse e de outros elementos, como turbantes, bordados e adornos, constituía uma linguagem têxtil que comunicava posições sociais, vínculos culturais e estratégias de resistência, tensionando os processos de homogeneização impostos pelo sistema escravista.

A abolição de 1888, longe de representar uma ruptura efetiva com as estruturas coloniais, configurou uma transição natural da escravidão doméstica para o trabalho doméstico assalariado, mantendo, em grande medida, as mesmas relações de poder (Mathias, 1988). Nesse contexto, como analisa Beatriz Nascimento (2018), a permanência de mulheres negras em ocupações semelhantes àquelas desempenhadas no período colonial está diretamente relacionada à articulação entre gênero e raça na estrutura social brasileira. A interseccionalidade das opressões não apenas persistiu no período pós-abolição, mas foi reconfigurada por meio de novos dispositivos jurídicos e ideológicos.

As legislações do período republicano evidenciam essa continuidade. Em 1890, por exemplo, medidas legais passaram a restringir a permanência de filhos com mães solteiras, atingindo de forma desproporcional mulheres negras, historicamente impedidas de constituir arranjos familiares estáveis durante a escravidão. A separação judicial e o encaminhamento dessas crianças como crias para casas de terceiros configuravam estratégias de prolongamento de relações de exploração sob nova roupagem jurídica (Dias, 2018).

A industrialização e a perpetuação das hierarquias raciais

A industrialização brasileira do século XX não rompeu com essas lógicas, mas se modernizou através de novos dispositivos. A indústria têxtil, que se tornou um dos pilares da economia nacional entre 1880 e 1920, baseou-se estruturalmente no trabalho feminino precarizado, reproduzindo as divisões raciais e de gênero estruturadas durante a escravidão.

Em 1882, havia no Brasil cerca de 48 fábricas produzindo 20 milhões de metros de tecido anualmente. Este número cresceu para 134 estabelecimentos espalhados por 17 estados até o final do século (Stein, 1979). O crescimento desta indústria dependeu fundamentalmente do trabalho de mulheres e crianças, que constituíram a maioria da força de trabalho têxtil desde os primeiros estabelecimentos.

A presença de mulheres negras neste processo foi sistematicamente invisibilizada pela historiografia oficial, que privilegiou narrativas sobre a modernização industrial e o protagonismo dos imigrantes europeus. No entanto, pesquisas recentes revelam que as mulheres negras constituíam parcela significativa da força de trabalho têxtil, especialmente em regiões como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, onde se concentraram as primeiras fábricas (Fujita; Jorente, 2015).

A Greve Geral de 1917 representa um marco fundamental para compreender essas dinâmicas. Iniciada por cerca de 400 operários, em sua maioria mulheres, da fábrica têxtil Cotonifício Crespi no bairro da Mooca em São Paulo, a greve revelou as condições brutais às quais as trabalhadoras têxteis estavam submetidas: jornadas de até 16 horas, trabalho insuficiente para a subsistência, assédio sexual sistemático pelos contramestres e ausência total de direitos trabalhistas (Fraccaro, 2017).

O protagonismo feminino neste movimento não foi casual. As mulheres ocupavam quase 34% da força de trabalho industrial em São Paulo, e no setor têxtil superavam numericamente os homens (Pena, 1981). Na Fábrica de Fósforos Pauliceia, havia cem mulheres empregadas que recebiam apenas 1.800 réis por dia, enquanto os trabalhadores homens chegavam a receber 4.000 réis pela mesma jornada, evidenciando como as hierarquias de gênero se articulavam com a exploração de classe.

A violência cotidiana vivenciada por essas mulheres incluiu não apenas a exploração econômica, mas o assédio sexual sistemático. Denúncias de conduta suspeita para mulheres por parte de encarregados eram frequentes na imprensa operária da época. A greve da fábrica Mariângela, em 30 de junho de 1917, reivindicava explicitamente o fim do abuso por parte dos feitores, revelando como a violência sexual constituía parte estrutural das relações de trabalho (Wolfe, 1993).

A dimensão dessa violência racial, embora nem sempre explicitada nos documentos oficiais, pode ser apreendida por meio da análise dos padrões habitacionais e salariais da

época. As mulheres negras concentravam-se nos bairros operários com piores condições de vida, recebiam os menores salários e exerciam as funções consideradas mais desqualificadas dentro das fábricas — reproduzindo, no ambiente industrial, as hierarquias estruturadas durante a escravidão.

As décadas de 1920-1950: consolidação da precariedade

O período entre 1920 e 1950 assistiu à consolidação da indústria têxtil brasileira como setor estratégico da economia nacional. São Paulo tornou-se o maior polo industrial do país, produzindo 60.714.279 metros de tecido já em 1908 (Mathias, 1988). Este crescimento, no entanto, aprofundou as desigualdades de gênero e raça no setor.

Durante as duas guerras mundiais, ocorreu um boom da presença feminina no mercado industrial, que se reconfiguraria a partir dos anos 1940 com características distintas (Morais, 2022). A Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA) foi uma das empresas responsáveis por integrar mulheres ao quadro de trabalhadores, principalmente como telefonistas e em atividades consideradas socialmente adequadas ao feminino.

Nas fábricas, as mulheres eram direcionadas para tarefas que exigiam suposta delicadeza, como a primeira seleção do algodão bruto e a classificação dos melhores fios. Esta naturalização de supostas aptidões femininas mascarava uma estratégia deliberada de desvalorização do trabalho das mulheres, justificando remunerações menores e condições mais precárias.

O trabalho infantil também se intensificou nesse período, com a inserção massiva de crianças nas fábricas têxteis. Conforme aponta Perrot (2010), muitas mulheres eram compelidas a levar seus filhos para o ambiente fabril e inseri-los em atividades produtivas como forma de ampliar a renda familiar e garantir sua permanência junto a elas. Tal prática evidencia não apenas estratégias de sobrevivência adotadas pelas trabalhadoras, mas também a profunda insuficiência dos mecanismos de proteção social, que naturalizavam a exploração simultânea de mulheres e crianças no contexto da industrialização.

As condições de trabalho não evoluíram no mesmo ritmo da produção industrial. Longas jornadas, exposição a produtos químicos, ausência de equipamentos de segurança e ambientes insalubres caracterizavam o cotidiano das trabalhadoras têxteis. A luta sindical, quando existente, enfrentava intensa repressão policial e resistência patronal.

Século XX tardio e contemporaneidade: a feminização da precariedade

A partir dos anos 1960, a indústria têxtil brasileira passou por transformações significativas, ampliando a produção de roupas, lençóis e fios de malharia. Este crescimento, no entanto, foi acompanhado pela intensificação da precariedade do trabalho feminino, que assumiu novas formas através da terceirização e da informalidade.

Os dados contemporâneos revelam a perpetuação das estruturas históricas de exploração. Segundo a Associação Brasileira do Vestuário (ABRAVEST), 87% dos 1,3 milhão de profissionais que atuam com costura no Brasil são do sexo feminino (ONUMulheres, 2022). Desta força de trabalho feminina, estima-se que mais de 75% seja composta por mulheres negras, empregadas em atividades informais e domiciliares.

No Polo de Confeções do Agreste Pernambucano, maior centro produtor de vestuário do Nordeste, essa realidade assume contornos dramáticos. O trabalho de costura, realizado predominantemente por mulheres em regime domiciliário, reproduz as condições de exploração do período colonial sob uma roupagem moderna. Como denuncia o Coletivo Mulheres do Polo: “Somos mais de 60% de mulheres negras, trabalhando sem direitos, sem reconhecimento, sustentando uma indústria que nos torna invisíveis”⁵.

A situação se agrava quando consideramos os casos de trabalho análogo à escravidão no setor têxtil. De 1995 a 2021, 657 pessoas foram escravizadas no setor têxtil no Brasil, a maioria em áreas urbanas (Ministério do Trabalho e Previdência, 2022). Essas ocorrências se concentraram especialmente em escritórios de costura que atendem a grandes marcas de moda, revelando como a precarização extrema se articula com os circuitos globais de produção e consumo.

No contexto dessas continuidades históricas, a pandemia de Covid-19 operou menos como uma ruptura e mais como um intensificador de desigualdades já existentes no setor têxtil. Durante esse período, muitas costureiras perderam seus empregos ou tiveram sua renda drasticamente reduzida, enquanto outras foram obrigadas a continuar trabalhando em condições insalubres para manter a produção de máscaras e equipamentos de proteção. Longe de representar um episódio excepcional, a crise sanitária evidenciou a persistência de formas estruturais de precarização que, no cenário pós-pandêmico, se reconfiguram por meio da ampliação da informalidade e do aprofundamento da vulnerabilidade social. Assim, a precariedade do trabalho têxtil feminino não apenas atravessa diferentes períodos históricos, mas se atualiza e se intensifica em contextos de crise.

A divisão racial do trabalho no campo têxtil contemporâneo

A divisão racial do trabalho no campo têxtil não se manifesta apenas nas relações produtivas, mas também nos circuitos de valorização cultural e nos espaços de poder decisório. Enquanto as criações de designers brancos são celebradas em museus, galerias e semanas de moda, as produções têxteis negras são frequentemente definidas como artesanato ou cultura popular, categorias que, embora não sejam depreciativas em si, funcionam como dispositivos de hierarquização quando aplicadas de forma excludente.

A pesquisa de Almeida (2022) analisa um grupo de mulheres que atuou nos espaços de formação do MASP e do MAM Rio ao longo das décadas de 1950 e 1960, seja como alunas ou professoras. Nesse conjunto, é possível observar a participação significativa de mulheres nas iniciativas têxteis dos dois museus. Porém, a autora menciona que “há níveis distintos de presenças, ausências e apagamentos” (Almeida, 2022, p. 362), o que evidencia reflexões sobre os objetos e trajetórias a partir de diferentes marcadores sociais. Dessa maneira, observa-se que as narrativas museológicas e historiográficas do design brasileiro privilegiaram trajetórias de mulheres brancas, enquanto as contribuições de mulheres negras permaneceram frequentemente invisibilizadas ou folclorizadas.

⁵ Depoimento coletado durante assembleia do Coletivo Mulheres do Polo, Caruaru, 2023.

Esta hierarquização revela o que (Simioni, 2007) identifica como a generificação das artes no Brasil, processo que associa determinadas práticas — como o bordado e a costura — ao universo feminino e, conseqüentemente, à desvalorização. No entanto, quando analisamos essa generificação através da lente racial, percebemos que a desvalorização se intensifica quando essas práticas são realizadas por mulheres negras, evidenciando a interseccionalidade das opressões no campo cultural.

A persistência dessas posições se manifesta também nas políticas públicas de fomento ao design e à moda. Editais de incentivo cultural e programas de apoio ao empreendedorismo criativo tendem a privilegiar projetos que se alinham aos cânones estéticos hegemônicos, marginalizando iniciativas que partem de epistemologias não eurocentradas. O resultado é a perpetuação de um círculo vicioso que mantém as práticas têxteis negras em posição subalterna, impedindo seu reconhecimento como formas legítimas de design contemporâneo.

Resistências históricas e contemporâneas

Apesar de toda a violência estrutural, as mulheres negras desenvolveram historicamente estratégias de resistência que mobilizavam as próprias práticas têxteis como instrumentos de luta e afirmação identitária. Durante a escravidão, o conhecimento sobre tingimentos naturais, técnicas de tecelagem e padrões decorativos funcionou como forma de preservação de memórias africanas e construção de vínculos comunitários.

No período pós-abolição, associações de lavadeiras, costureiras e bordadeiras constituíram espaços fundamentais de organização política e econômica das mulheres negras. Em Salvador, a Irmandade da Boa Morte utilizou bordados e rendas como fonte de renda para cuidar de atividades religiosas e de assistência social, articulando práticas têxteis, religiosidade afro-brasileira e solidariedade comunitária.

Durante a ditadura militar (1964–1985), grupos de mulheres negras mobilizaram bordados e costuras como formas de resistência e elaboração da memória. Em diálogo com as *arpilleras* chilenas⁶, essas mulheres desenvolveram uma linguagem têxtil própria para registrar experiências de perseguição, violência estatal e luta por direitos.

Na contemporaneidade, essas tradições de resistência se renovam através de coletivos como o Linhas de Sampa, que “borda política e está nas lutas por direitos”, e o Tem Sentimento, que utiliza o ensino de corte e costura como estratégia de cuidado para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Esses projetos revelam como as práticas têxteis podem funcionar como tecnologia de transformação social, articulando geração de renda, fortalecimento identitário e ação política.

Esta expansão histórica demonstra que as ausências contemporâneas de corpos negros na narrativa do design brasileiro não são casuais, mas resultado de um processo secular de invisibilização e subalternização que se renova constantemente através de novos dispositivos. Compreender essa genealogia da exclusão é fundamental para construir alternativas econômicas transformadoras que reconheçam as práticas têxteis negras como epistemologias legítimas e contribuições fundamentais para a história do design nacional.

⁶ Arpilleras: bordados em retalhos de tecido produzidos por mulheres chilenas durante a ditadura de Pinochet, utilizados como forma de denúncia e registro de memórias.

Do fazer ao pensar: práticas negras como epistemologias têxteis

A compreensão das práticas têxteis negras como epistemologias exige uma ruptura com a dicotomia moderna entre fazer e pensar, prática e teoria, artesanato e design. Como argumenta Escobar (2018), tradições não ocidentais desenvolveram formas de conhecimento que integram corpo, técnica e território em uma unidade indivisível. No contexto brasileiro, essas epistemologias se manifestam por meio de saberes transmitidos de forma oral, corporal e afetiva ao longo de gerações.

O bordado, nesse sentido, não se limita a uma técnica decorativa, mas constitui um sistema de inscrição de memórias individuais e coletivas. A obra de Rosana Paulino, especialmente a instalação *Parede da Memória* (1994–2018), exemplifica como essa prática pode operar como elaboração de traumas históricos por meio da manipulação de materialidades têxteis (Piccoli; Nery, 2018). Ao transformar fotografias familiares em objetos têxteis associados a práticas religiosas afro-brasileiras, a artista evidencia o bordado como gesto que articula dimensões estéticas, rituais e políticas.

Essa multidimensionalidade do fazer têxtil negro tensiona as categorias disciplinares hegemônicas. Como observa Lody (2001), práticas vestimentárias afro-brasileiras não separam estética, função e dimensão espiritual. O traje de crioula, por exemplo, integrava proteção corporal, afirmação estética, investimento econômico e conexão com ancestralidades africanas.

Essa integração permite compreender o que pode ser definido como pensamento têxtil, entendido como uma forma de conhecimento que se produz na própria manipulação das materialidades. O ato de tecer, bordar ou costurar constitui, nesse sentido, um processo de elaboração conceitual. As rendeiras do Nordeste brasileiro exemplificam esse princípio. Conforme documenta Mendes (2011), as mulheres do Córrego de Areia não apenas reproduzem padrões tradicionais, mas desenvolvem variações formais contínuas, adaptando técnicas ancestrais a contextos contemporâneos.

O projeto *Olê Rendeiras*, desenvolvido em Trairi (CE), evidencia como essas epistemologias podem ser valorizadas sem processos de folclorização. Ao articular tradição e inovação, o projeto demonstra que a produção de renda não se limita à preservação de um saber passado, mas constitui prática contemporânea em constante transformação. Nesse contexto, a criação é marcada por processos de invenção contínua, nos quais cada peça resulta de decisões situadas no próprio fazer.

Essa dinâmica revela uma epistemologia fundada na improvisação criativa, aproximando-se do que Glissant (2005) define como pensamento do tremor, caracterizado por sua capacidade de adaptação às contingências sem perder coerência interna. As práticas têxteis negras desenvolveram historicamente essa flexibilidade como estratégia de sobrevivência e resistência.

A transmissão desses saberes segue lógicas que tensionam os modelos educacionais hegemônicos. Em vez de uma separação entre teoria e prática, essas epistemologias integram ensino e aprendizagem no próprio processo produtivo. O aprendizado ocorre na prática compartilhada, na repetição dos gestos e na observação atenta dos modos de fazer, configurando uma pedagogia incorporada.

Essa pedagogia corporal evidencia uma concepção de conhecimento distinta da tradição cartesiana que estrutura a modernidade ocidental. O saber não se dissocia da prática, mas emerge da relação sensorial com os materiais. A percepção tátil dos fios, a leitura visual das cores e a memória gestual das mãos constituem dimensões fundamentais desse processo de conhecimento.

Bordar é lembrar: práticas têxteis negras no design contemporâneo

As práticas têxteis negras contemporâneas evidenciam como saberes ancestrais são continuamente atualizados em resposta às demandas do presente. Em diferentes territórios do país, coletivos, artistas e organizações sociais mobilizam o fazer têxtil como estratégia de fortalecimento identitário, geração de renda e articulação política.

O coletivo Linhas de Sampa exemplifica como técnicas têxteis operam como linguagem política no espaço urbano⁷. Por meio do bordado, o grupo comunica críticas sociais, reivindica memórias coletivas e atua em manifestações públicas, deslocando o fazer têxtil do espaço doméstico para o espaço público. Essa transposição evidencia uma reconfiguração dos sentidos atribuídos ao bordado, que passa a funcionar como prática de ocupação política e disputa simbólica.

Nas periferias urbanas, projetos como o Tem Sentimento⁸ utilizam o ensino de corte e costura como estratégia de cuidado e reinserção social. Ao atuar com mulheres em situação de vulnerabilidade, essas iniciativas demonstram como o fazer têxtil pode operar como tecnologia de reconstrução de trajetórias de vida, articulando dimensões materiais e subjetivas.

No Nordeste, o trabalho das rendeiras tem sido progressivamente incorporado a circuitos ampliados da moda, evidenciando tensões entre valorização econômica e processos de apropriação. Parcerias com marcas e estilistas ampliam a visibilidade dessas práticas, mas também colocam em disputa questões relacionadas à autoria, reconhecimento e distribuição de valor.

Coletivos como o Ashanti de Mulheres Negras de Joinville⁹ utilizam bordado e outras técnicas têxteis como meio de elaboração identitária e resistência, evidenciando a continuidade dessas estratégias em diferentes contextos regionais.

Essas experiências revelam que as práticas têxteis negras contemporâneas articulam dimensões estéticas, políticas, econômicas e pedagógicas de forma indissociável. Longe de constituírem resquícios do passado, essas práticas operam como proposições

⁷ O coletivo Linhas de Sampa atua na cidade de São Paulo utilizando o bordado como forma de intervenção urbana e expressão política, articulando práticas têxteis a pautas sociais e direitos humanos. Para mais informações, ver no perfil do Instagram @linhasdesampa.

⁸ O projeto Tem Sentimento atua com mulheres em situação de vulnerabilidade social na região central de São Paulo, utilizando o ensino de corte e costura como ferramenta de cuidado, formação e reinserção social. Para mais informações, ver: <https://www.coletivotemsentimento.com.br>.

⁹ O coletivo Ashanti de Mulheres Negras de Joinville desenvolve ações culturais e educativas voltadas à valorização da identidade negra, utilizando práticas artísticas, incluindo o bordado, como forma de expressão, memória e resistência. Para mais informações, ver: <https://www.facebook.com/ashantijoinville>.

ativas de futuro, tensionando os limites do campo do design e reconfigurando seus modos de produção, circulação e reconhecimento.

Tecendo novas histórias: por uma historiografia decolonial do design têxtil

A construção de uma historiografia decolonial do design têxtil brasileiro não exige apenas incluir práticas negras historicamente invisibilizadas, mas também questionar os próprios critérios que definem o que é passível de inscrição historiográfica. Como argumenta Mignolo (2003), a decolonização do conhecimento implica desaprender as diretrizes epistemológicas coloniais para reaprender a partir de epistemologias subalternizadas.

No campo do design, isso implica problematizar a distinção moderna entre design e artesanato, compreendendo-a não como uma diferenciação técnica neutra, mas como um dispositivo colonial de hierarquização de saberes. Conforme demonstra Santos (2020), o próprio conceito de moda foi historicamente constituído em oposição às práticas vestimentárias não europeias, consolidando uma geografia global do gosto que marginaliza produções do Sul.

Uma historiografia decolonial do design têxtil brasileiro deve reconhecer que as práticas negras não se configuram apenas como influências ou contribuições, mas como tradições epistêmicas autônomas, responsáveis por desenvolver soluções próprias para contextos específicos. As técnicas de tecelagem em quilombos, os padrões de bordado produzidos por mucamas e as práticas de tingimento realizadas por lavadeiras constituem tecnologias sociais que articulam resolução de demandas práticas e afirmação identitária.

A valorização dessas epistemologias não implica sua romantização. Conforme adverte Hooks (2013), a celebração acrítica das tradições pode operar como forma de fixação, limitando suas possibilidades de transformação. O desafio reside em reconhecer o potencial crítico dessas práticas, especialmente sua capacidade de propor alternativas ao modelo hegemônico, sem convertê-las em categorias essencializadas.

As práticas têxteis negras contemporâneas evidenciam essa articulação entre tradição e transformação. O movimento da moda afrofuturista, por exemplo, mobiliza referências ancestrais para imaginar futuros possíveis. Nesse contexto, iniciativas como a marca LAB operam na construção de alternativas que articulam ancestralidade, aquilombamento e afrofuturismo como estratégias de enfrentamento ao racismo estrutural.

Essa relação entre passado e futuro revela uma temporalidade própria às epistemologias negras, que não se organiza de forma linear, mas como uma dinâmica espiralada, na qual ancestralidade e devir se articulam continuamente. As práticas têxteis, nesse sentido, funcionam como dispositivos de conexão entre gerações, territórios e experiências, por meio de gestos, técnicas e materialidades.

A pesquisa de Núñez (2020) evidencia que temporalidades não lineares também são fundamentais para compreender experiências que desafiam normas de gênero. No campo têxtil, isso se manifesta em práticas que mobilizam a costura como forma de construção de corporalidades dissidentes, possibilitando a criação de vestimentas que afirmam identidades não binárias.

A institucionalização dessas epistemologias no campo acadêmico brasileiro ainda enfrenta resistências significativas. Como aponta Ballestrin (2013), os estudos decoloniais

permanecem marginalizados na universidade, reproduzindo a colonialidade do saber que privilegia matrizes teóricas eurocentradas. No campo do design, essa marginalização se manifesta em currículos que desconsideram contribuições negras e indígenas, resultando em uma formação dissociada das realidades locais.

A transformação desse cenário demanda ações em múltiplas dimensões: epistemológica, por meio da valorização de saberes não hegemônicos; pedagógica, com a revisão de currículos; política, através de políticas públicas de incentivo; e cultural, mediante a redefinição de critérios de valorização estética.

Experiências contemporâneas apontam caminhos possíveis¹⁰. O Núcleo de Moda das Fábricas de Cultura, em São Paulo, articula formação técnica em costura com reflexão crítica sobre moda periférica, reconhecendo as especificidades das produções situadas nas margens sociais e urbanas. De modo semelhante, o projeto Fio, desenvolvido nas comunidades da Maré e da Tijuquinha, no Rio de Janeiro, utiliza o bordado e a arteterapia como estratégias de reinserção social, evidenciando o potencial das práticas têxteis como tecnologias de cuidado coletivo.

Essas iniciativas demonstram que a construção de uma historiografia decolonial do design têxtil ultrapassa o âmbito acadêmico, configurando-se como prática política capaz de contribuir para transformações sociais concretas. Ao reconhecer as epistemologias negras como formas legítimas de conhecimento, ampliam-se as possibilidades de imaginar outras formas de produzir, circular e consumir, centradas na vida e não na lógica do lucro.

A tarefa de tecer novas histórias implica, portanto, não apenas reescrever o passado, mas reconfigurar as formas de compreender o presente e projetar o futuro do design brasileiro. Nesse horizonte, as práticas têxteis afirmam-se como campo de elaboração crítica, memória e criação.

Referências

ALMEIDA, Ana Júlia Melo. **Mulheres e profissionalização no design: trajetórias e artefatos têxteis nos museus-escolas MASP e MAM Rio**. Tese (Doutorado em Design) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 11, p. 89-117, 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Relação anual de informações sociais (RAIS): relatório 2022**. Brasília: Ministério do Trabalho e Previdência, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/rais/rais-2022/sumario-executivo_rais_2022-1-1.pdf. Acesso em: 31/03/2026.

¹⁰ Tais iniciativas mencionadas no texto, referem-se a experiências contemporâneas no campo da moda e das práticas têxteis com enfoque social e territorial na articulação entre moda, cultura e referências afrofuturistas, propondo alternativas estéticas e políticas.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila. **Resistir e sobreviver**. In: Nova História das Mulheres no Brasil. Organizadoras: Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. Editora Contexto: São Paulo/SP, 2018.

ESCOBAR, Arturo. **Designs para o pluriverso**: Interdependência Radical, Autonomia e a Criação de Mundos. Durham: Duke University Press, 2018.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Palas, 2016.

FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras**: as pretas-minas nas cidades do Rio de Janeiro e São João Del Rey (1700-1850). São Paulo: Cosac, 2025.

FASHION REVOLUTION BRASIL. Índice de transparência da moda Brasil 2025. São Paulo: **Fashion Revolution Brasil**, 2025. Disponível em: <https://fashionrevolutionbrasil.org/indice-de-transparencia-da-moda-brasil/>. Acesso em 31/03/2026.

FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres**: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro. São Paulo: FGV Editora, 2017.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, col. Brasileira, 1979.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; JORENTE, Maria José Vicentini. **A indexação de documentos imagéticos**: análise de fotografias. Ciência da Informação, Brasília, v. 44, n. 1, p. 123-135, 2015.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Tradução: Enilce Rocha. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LODY, Raul. **O pano-da-costa e o traje de crioula**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.

MATHIAS, Suely Kofes. **Mulher, trabalho e família**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

MENDES, Francisca. **Modelando a vida no Córrego de Areia**: tradição, saberes e itinerários. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2011.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MORAIS, Mariana. **Trabalho e precarização na indústria da moda contemporânea**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 30, n. 2, 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NÚÑEZ, Geni. **Pedagogias do corpo**: saberes trans, experiências e educação. In: VERGÊS, Françoise. Um feminismo decolonial. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

ONU MULHERES. **Progresso das mulheres no mundo 2022**. Brasília: ONU Mulheres, 2022. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/biblioteca-digital/publicacao.php?ano=2022>. Acesso em: 31/03/2026.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. **The invention of women: making an African sense of Western gender discourses**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PICCOLI, Valéria; NERY, Pedro (Orgs.). **Rosana Paulino**: a costura da memória. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

SANTOS, Heloisa Helena de Oliveira. **Moda e Decolonialidade**: Colonialismo, vestuário e binarismo. Revista TOMO, n. 37, p. 115-149, 2020.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. **Regina Gomide Graz**: modernismo, arte têxtil e relações de gênero no Brasil. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 45, p. 87-106, 2007.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Zungu**: boato de muitas vozes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil - 1850/1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TUNSTALL, Elizabeth. **Descolonizando a inovação em design**: Antropologia do Design, Antropologia Crítica e Conhecimento Indígena. In: GUNN, Wendy; OTTO, Ton; SMITH, Rachel Charlotte (Orgs.). *Antropologia do Design: Teoria e Prática*. Londres: Bloomsbury, 2013. p. 232-250.

WOLFE, Joel. **Working women, working men**: São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class, 1900–1955. Durham: Duke University Press, 1993.

Agradecimentos

Revisor(a) do texto: Profa. Dra. Regina Barbosa Ramos, Doutora em Design (UAM). E-mail: reginabarbosaramos@gmail.com